MOVIMENTO

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

25 de Abril

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 11 — 25 FEV. 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SÉCULO" FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

EDITORIAIS

UM PACTO COM O POVO

O ponto fundamental do actual processo político situa-se na escolha entre dois contrários: ou bem o processo revolucionário avança e há que lançar a nação para tarefas precisas e prioritárias de restituição deste país ao seu povo (o que pressupõe dar à revolução um conteúdo de independência política, económica e social); ou bem o processo estagna e dá origem à contra-revolução. A questão está em saber quem está ao lado da luta dos pobres, dos humildes e humilhados deste país e quer construir com eles *um país livre; e quem, escondido ou não por detrás de palavras sedutoras, quer refrear o caminho da libertação de um povo.*

Se se pretende avançar claramente no sentido de um processo revolucionário há que definir não com menor clareza um projecto de independência nacional que dê ao povo português possibilidade de construir ele próprio o seu destino. Se se pretende avançar no processo revolucionário há que responder, quando se fala de desenvolvimento, para quem se pretende esse desenvolvimento. Se se pretende avançar no processo revolucionário há que saber quando e como se iniciará o processo de mobilização popular, sem o qual as revoluções como o 25 de Abril se ficam pelos golpes de estado.

As respostas poderão não ser sempre coincidentes. A verdade é composta por um conjunto de verdades e nem sempre aqueles que julgam falar em nome do povo querem, de facto, servir o povo. Mas o facto é que, ninguém sendo dono absoluto da verdade, muito há que aglutine no momento presente da vida portuguesa aqueles que realmente *querem um país do povo (sob o ponto de vista político, económico e social) e os que querem, sob novas formas, manipular o povo para prolongar um poder opressivo e explorador, ainda que sofisticadamente.*

A democracia ou tem uma conotação, ao mesmo tempo, económica, política e social ou não é democracia. Há que pôr de lado os conceitos (sejam eles de que sentido forem) que dominam o pensamento de alguns. Ou seja: os conceitos burgueses ou imperialistas que se chocam com os interesses dos países em vias de desenvolvimento como o nosso. Na via que for encontrada para a libertação do nosso povo de todas as tutelas, não há esquemas externos que possam ser mecanicamente aplicados à nossa revolução. Esta tem de ser eminentemente nacional ou não será verdadeiramente libertadora. Tem de ser solidária dos povos que em todo o mundo lutam pela liberdade procurando fugir a todos os tipos de hegemonia.

Mas a luta por um sentido libertador do 25 de Abril implica a profunda convicção de que há que destruir o velho para construir o novo. Que a liberdade só tem senti-

(Continua na pág. 7)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO M. F. A.

Analisando em linhas gerais o que se tem passado no nosso País desde o 25 de Abril, somos levados a acreditar, de uma maneira cada vez mais clara, na originalidade da actual situação portuguesa.

A intervenção decisiva dos militares, através do M. F. A., no derrube da ditadura fascista, por si só não é o factor mais original. Tem-se assistido em várias partes do mundo, geralmente em países sub-desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, a intervenções de militares para apearem regimes ditatoriais.

A originalidade do processo português está contida na actuação dos militares, através da sua vanguarda, o M. F. A., na luta constante pela consolidação da defesa das liberdades democráticas, ao lado da luta constante das largas camadas da população mais desfavorecidas. O M. F. A. tem demonstrado na sua actuação prática — no processo de descolonização, nas campanhas de dinamização cultural, no modo de intervenção nos conflitos laborais, etc. — que não derrubou militarmente a ditadura para reforçar o poder de certas classes dominantes.

O 25 de Abril realizou-se tendo em vista a situação da grande maioria da população, cujos interesses se opunham, e opõe, aos de uma minoria que detinha o poder político e económico. Porém ao derrubar a ditadura, o M. F. A. não se considerou como Messias Salvador que ocupando o poder derrubado iria resolver todos os problemas.

Ao entregar grande parte do poder executivo a um Governo Provisório, constituído por elementos de várias tendências políticas, o M. F. A. mostrou que não estava interessado na tomada do poder político. A entrada de militares para o segundo Governo Provisório veio no entanto clarificar a situação, o M. F. A. não desejava o poder, mas por outro lado não abdicava do direito de intervir politicamente no processo.

É nesta dualidade de situações, que reside um dos aspectos mais originais da actual situação — reconhece-se o direito às diversas forças políticas representativas dos vários sectores da população de intervirem e terem a sua quota parte do poder, não se abdicando por outro lado da responsabilidade contraída perante o povo, de acompanhar de perto o processo democrático.

Além de força decisiva, garante da continuidade do processo, o M. F. A., como vanguarda política das Forças Armadas é também parte interessada no evoluir da situação. O papel motor que o Movimento tem tido, do lado das massas populares, em aspectos decisivos da vida nacional, confere-lhe o direito de intervenção na vida política. Porém, as Forças Armadas, ao intervirem não o podem fazer como "tropa de choque" desta ou daquela tendência, deste ou daquele interesse particular. Ao intervir nos acontecimentos, o Movimento arcando sobre si as responsabilidades adquire consequentemente, na dinâmica da sua intervenção, o direito de ter voz activa no desenrolar das situações, mas sempre numa posição supra-partidária.

O M. F. A. não pretende porém ser a única vanguarda a determinar o sentido do processo político, mas pelos compromissos estabelecidos perante o povo português, não pode ir a reboque dos acontecimentos, principalmente quando estes contrariam as aspirações mais profundas do povo e vão, ou poderão vir a contradizer a dinâmica da revolução encetada no dia 25 de Abril.

O exemplo recente da aprovação pelo Conselho de Estado, de lei constitucional que dá poderes legislativos à Junta de Salvação Nacional em certos campos específicos, é um exemplo característico do papel motor que o M. F. A. tem e deverá continuar a ter. Perante o impasse e indecisão perigosa que poderia comprometer o processo actual, o M. F. A. considerou que nos campos do saneamento e extinção das actividades fascistas (P. I. D. E., A. N. P., L. P., etc.) era necessário desbloquear a situação, nesse sentido surgem os poderes dados à J. S. N. órgão superior do M. F. A.

A Institucionalização surge como necessidade de clarificar, ao nível das instituições políticas, qual o papel a desempenhar pelo autor da revolução iniciada no dia 25 de Abril de 1974. O M. F. A. por este facto, adquiriu o Direito de ser ele próprio a decidir sobre o seu futuro; a definir qual o espaço político que deve ocupar no futuro Portugal Democrático. No entanto, utilizando mais uma vez, uma via original, resolve consultar previamente as forças políticas, e em conjunto, definir as formas de que se deverá revestir a institucionalização.

O espaço político que o M. F. A. ocupa e virá a ocupar depois das eleições para as constituintes, será a solução original do nosso processo, em que se conjuga a legitimidade revolucionária do M. F. A. com a legitimidade da soberania popular expressa através do voto nas eleições.

NESTE NÚMERO

- O TAL EXÉRCITO NOVO
- MINHO: DINAMIZAÇÃO CULTURAL
- INVENTAR O FUTURO — UM TEXTO DE DANILO DOLCI
- A EXPERIÊNCIA DOS CRISTÃOS APONTA CAMINHOS À IGREJA EM PORTUGAL

Por lapso não foi indicado o nome do autor do poster publicado no número anterior "Povo Português Livre", é um trabalho de José Faria.

NOTÍCIAS

OPINIÃO

O TAL EXÉRCITO NOVO

Tomemos o Exército como ramo mais representativo — pelo seu volume — das Forças Armadas. Vejamos o que quisemos que ele fosse e o que ainda queremos que ele seja.
Estudemos os fins a atingir e o caminho para se alcançarem.

O Exército que tínhamos não nos servia. Com quadros seleccionados negativamente e explorados até à exaustão das capacidades físicas e intelectuais; com "corpos" constituídos em círculos fechados de interesses; feito numa amálgama com intuito declarado de desfazer ou neutralizar o espírito das "Armas" que o compunham; trabalhando psicologicamente para a persecussão de propósitos falsos e egoístas, aquele Exército que conhecemos numa vida inteira foi deixando de servir ...

... Por isso, a nossa consciência profissional, antes mesmo de se deixar orientar por qualquer doutrina ou ideologia sócio-política, reclamou a total renovação da Instituição Militar na sua ética, na sua orgânica de apoio e na sua maneira de funcionar.

Foi assim que muitos militares se dispuseram — muito antes do "25 de Abril" — a tomar posições deliberadas de contestação com a determinada finalidade de construir um Exército novo, diferente e capaz de realizar os seus ideais reformadores ...

E foi assim que muitos desses militares — reconhecida a impossibilidade duma solução dentro das próprias estruturas políticas — transcenderam a ética estabelecida, para, com o povo e no povo, fazerem uma revolução de maiores e mais profundas dimensões. Surge deste modo o M. F. A. a que aderem naturalmente quantos nele reconhecem força e oportunidade para a realização dos ideais há tanto acalentados.

Mesmo até aqui, ainda não entram em jogo doutrinas ou ideologias sócio-políticas a marcar o novo Exército com moldes consagrados para outros países e outros sistemas de vida, se bem que, transportados de uma ditadura para uma democracia, logo se reconhecesse a necessidade da democratização das Forças Armadas, imediatamente iniciada nos ramos da Marinha e da Força Aérea.

No Exército, dado o peso das próprias estruturas e a inércia consequente, o processo tem de ser forçosamente mais lento, mas não tanto, claro, que ameace a sua execução.

E que um Exército na democracia não é uma democracia — pura e simples — não é a transferência das estruturas e processos democráticos para dentro da Instituição Militar. Em lugar nenhum da terra, sob qualquer sistema por mais avançado, se democratizaram exércitos da mesma maneira que se democratizaram Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia ou empresas públicas ou privadas.

As Forças Armadas têm características próprias que determinam os princípios éticos do seu emprego e funcionamento. Nos seus ramos, incluindo o do Exército, os cidadãos enquadrantes e incorporados andam de armas na mão ou têm-nas sempre ao seu alcance. Há condições de autoridade e de disciplina a garantir; direitos e deveres a estabelecer; escalas de valores hierárquicos a alinhar; regras ou normas de procedimento a promulgar ...

Muita coisa já se fez neste sentido desde a eliminação dos corpos enquistados, à abertura dos círculos que estavam fechados em si mesmos. Com critérios mais ou menos discutidos, houve um substancial saneamento de quadros e um notável aproveitamento de valores.

Cremos, no entanto, que, hoje, ainda falta o principal: a definição expressa e muito clara dos direitos e deveres que cabem a todos os militares — a todos sem excepção — e a publicação de novas e justas normas de procedimento, também indiscriminadas na classe ou no grau. Leis e regulamentos que todos tenham que cumprir, porque se obrigam às suas disposições e nas quais cada um possa basear sempre a defesa dos direitos que lhe são conferidos.

Sem conhecimento das prerrogativas e de uma linha geral de conduta a seguir, nunca haverá hierarquia que se possa fazer valer nem disciplina em que, de boa vontade, se possa consentir.

Dos militares que sonharam com o Exército novo que se está a construir, muitos há ainda que sentiram os efeitos salutares da legislação da Primeira República, que lhes foram aplicados até serem feitos outros. Recordam-se eles, decerto, da liberdade em que então conseguiam viver, comparada com que a pouco e pouco se lhes foi deixando.

Claro que não se pretende voltar ao tempo antigo mas viver noutro em que, como então, as pessoas possam sentir a liberdade na democracia, sabendo a lei em que vivem, respeitando uma hierarquia válida com uma disciplina consentida com verdadeira consciência cívica.

alongue para muito mais além do que 1975.

(Boletim 25 de Abril,
n.º 6, de 10 de Dezembro
de 1974)

As Forças Armadas são uma das grandes forças políticas do País. Até 25 de Abril, aceitando e cumprindo as determinações do governo, instrumento de repressão e opressão ao serviço do capitalismo na sua forma terrorista — o fascismo, a partir dessa data ao serviço do Povo Português, têm sempre as F. A. desempenhado um destacado papel político, que só alguns não vêm, ou não querem ver na mira de conseguir de novo a sua neutralidade. Mas a história demonstra: a neutralidade das F. A. nada mais significa que o entendimento destas às classes exploradoras, quer isto se passe aqui quer em qualquer outra parte do Mundo. Não será o Chile um exemplo bem claro da veracidade daquela afirmação?

Derrear o regime fascista, estabelecer a democracia e criar condições para uma ampla participação das forças democráticas no processo político, consignar como princípio orientador para os nossos governantes, o lançamento de uma política ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população mais desfavorecidas, é o primeiro passo para que seja firmada a aliança M. F. A. — POVO.

Para que essa aliança não seja quebrada, há que não permitir a deterioração da situação, há que responder aos legítimos anseios das massas populares, há que fazer pagar o preço da democracia às minorias privilegiadas do tempo do fascismo, que sentindo ameaçadas as suas posições, sabotam por todos os meios o processo em curso.

Vivemos um período de excepção, que é motivo de alguma preocupação.

O grande capital monopolista, através dos seus representantes, ontem ostentando o emblema da legião e hoje o cravo anunciam aos quatro ventos o seu apoio e aceitação do Programa do M. F. A., mas procuram que seja interpretado unicamente sob o ponto de vista formal, de uma forma estática, jogando com as palavras, de modo a convencer os menos esclarecidos de que determinadas opções não estão de acordo com a letra do mesmo Programa.

É são esses mesmos, que falam em ditadura militar disfarçada, os verdadeiros responsáveis pelas falências fraudolentas, despedimentos em massa, terras incultas, fuga de capitais, enfim, os verdadeiros responsáveis pelas reais dificuldades que o país atravessa.

Os militares do M. F. A. já demonstraram na prática, único critério de verdade, as suas verdadeiras intenções ao serviço de quem procuram actuar.

As forças reaccionárias opõem-se as forças democráticas — M. F. A., partidos progressistas e massas trabalhadoras.

Visando superar a situação crítica em que nos encontramos, resultado dos 50 anos de fascismo, estão aquelas forças empenhadas na formulação das linhas orientadoras das actuações governamentais nos diversos sectores, que permitam o estabelecimento de um plano de reconstrução nacional, que levado à prática, possa responder aos anseios legítimos do Povo Português. Assim se consolidará a aliança POVO — M. F. A., que até aqui tem sido determinante no processo político português e que cremos capaz de levar de vencida as forças reaccionárias, que procuram organizar-se e conquistar posições de onde possam de novo controlar os órgãos de decisão ao sabor dos seus interesses minoritários.

Batidos até agora, vestidos com pelo de cordeiro, canalizam as suas forças para através do boicote económico e político, da calúnia e da mentira, levantar as camadas da população menos esclarecidas contra o Governo Provisório e o M. F. A. Desta forma a reacção procura obter uma oportunidade no terreno eleitoral, que até agora não teve.

Repetimos. O período que vivemos é de excepcaõ, o que implica soluções de excepção. As F. A. são o povo em armas. Têm merecido o respeito, confiança e apoio desse mesmo povo, em consequência do seu acto revolucionário. Por isso têm o dever e o direito de estarem presentes e participarem, sempre e quando se decida algo que diga respeito ao povo português.

FORÇA AÉREA

— *Assembleia de Delegados* — Realizou-se dia 15 uma assembleia de delegados, convocada para discussão do problema da institucionalização do M. F. A. Antes da assembleia elementos da coordenadora tinham-se deslocado às diversas unidades e serviços da F. A. P., que posteriormente enviaram propostas e sugestões concretas ao gabinete da C. C. P.

IMPRENSA MILITAR

Do número de Janeiro de "O DISTRIBUIDOR", órgão de Cultura, Recreio e Informação da Companhia Divisionária de Manutenção de Material, transcrevemos o Editorial:

... Reconstruir um país subdesenvolvido e depauperado por 50 anos de impiedosa exploração do seu Povo por minorias priveligiadas, exige a definição clara e imediata de objectivos prioritários a atingir dentro de determinado espaço de tempo, objectivos que desenvolvam e aprofundem o transitório Programa do M. F. A. de modo a convertê-lo num verdade projecto de Reconstrução Nacional que se

DONATIVOS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Donativos, produto do "Dia Nacional de Trabalho", foram enviados ao M. F. A. a fim de serem utilizados em obras de interesse colectivo. Continuamos, neste número, a publicação da lista de donativos recebidos, o produto dos quais se destina ao Programa de Dinamização Cultural em curso. O dinheiro do povo, ao povo retorna.

Transporte	621 678$90
José do Nascimento Santos — 1790 park St. Hartford, Conn — 06106 — Estados Unidos da América	487$10
Portugueses Firma H. D. W. Hamburgo — 2000 Hamburg 11 — Alemanha	13 865$20
Pessoal da Firma Flexcar — R. Pascoal de Melo, 79-A — Lisboa	63$00
Sócios da Firma Abreu 8 Madeira — R. Almirante Reis, 19 — Lavradio	1 000$00
Vitrio Maria Glória Candeias — Burgan — Lagos	250$00
Fernando Pessoa Graça — R. Nova do Desterro, 7, 2.º, Lisboa	233$00
Fornecedores de Leite — Posto n.º 46 — Rasa — Concelho de Marvão	1 219$50
Manuel Lopes e Jerónimo Lopes — 2 Hamburgo 57 — Alpenrosenweg 41 — Hamburgo	1 204$70
Trabalhadores de Fiper — Teixoso — Covilhã	2 467$00
Manuel A. Silvério Charrusca — Tavira	100$00
Trabalhadores Cilha — R. Cândido Reis, 30-1.º Esq.º — Sines	984$40
Pessoal de Manuel Bernardo da Costa Rodrigues — Pedreiro — R. Alvorada, Lote 4, r/c Esq.º Vila Rara Santa Iria de Azoia	1 640$00
Trabalhadores de Marmolux Sociedade de Exportação e Importação, L.da — Pero Pinheiro	2 199$00
Empregados da Firma Domingos Costa — Ferreira do Alentejo	1 200$00
Empregados da Competidora de Cascais, L.da — Av. Ultramar, 1-C — Cascais	5 275$00
Pessoal de António Rodrigues da Costa Pita — Carregal do Sal	513$50
Trabalhadores da Equimetal — Barreiro	118 317$00
Empregados da Remacol — Figueira da Foz	752$40
Empregados de Construções Valuda — Av. Roma, 49-5.º D.to — Lisboa	47 225$30
Empregados da Socieda Gilcar — Lisboa	3 156$40
Empregados da Jao — Praça da Figueira, 11-2.º D.to — Lisboa	683$30
Empregados da Sampainho 8 Lima — Apartado 13-F — Gouveia	3 858$20
Trabalhadores da Emprex — Covilhã	16 836$50
operários de Andres Luís Bós — Silves	7 092$20
A transportar	852 873$60

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	**65$00**
Ultramar e Brasil	**68$00**
Estrangeiro	**104$00**

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	**89$00**
Ultramar	**161$00**
Espanha	**89$00**
Brasil	**177$00**
Países Europeus (excepto Espanha)	**146$00**
Países Não-Europeus (excepto Brasil)	**213$00**

PEDIDOS A:
DISTRIBUIDORA *"O SÉCULO"* — Rua do Século — Lisboa

★ Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos à Distribuidora *"O Século"*, Rua do Século, 41 a 63, Lisboa.

MFA.POVO

POVO.MFA

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

MINHO: "OPERAÇÃO VERDADE"

Com início em 31 de Janeiro e prolongando-se até 9 de Fevereiro, decorreu mais uma acção de dinamização cultural e esclarecimento cívico, desta vez desencadeada no Alto Minho e levada a cabo por elementos do Regimento de Caçadores Para-Quedistas e da Base Aérea n.º 3, acompanhados para animação cultural pela Banda da Força Aérea, pela "Comuna" e por uma parelha de palhaços.

DETECTAR OS PROBLEMAS EXISTENTES

Durante dez dias, oito equipas, que eram constituídas por dois oficiais, dois sargentos e duas praças cada, e estavam distribuídas pelos concelhos de Arcos de Valdevez (4), Ponte da Barca (2), Monção (1) e Melgaço (1), actuaram nas áreas que lhes tinham sido atribuídas, estacionando diariamente numa freguesia, tomando contacto com a população, detectando os problemas existentes, comparticipando o seu dia a dia, esclarecendo o Programa do M. F. A., convidando e incentivando à sua participação activa, no processo irreversível da construção dum Portugal justo e livre.

Como sempre, e mais uma vez, constatou-se a penúria das condições materiais e culturais em que a população é obrigada a exercer o seu quotidiano dever, de viver.

Saídos da noite fascista, a maioria dos portugueses desta zona vivem num ambiente crepuscular, em que o Sol da verdadeira e plena liberdade só agora começa a surgir, por detrás das nuvens sombrias do obscurantismo cultural e político, do sub-desenvolvimento, do depauperamento económico, da recusa da participação colectiva no trabalho revolucionário, quer por sujeição económica ou política, quer por desconhecimento da sua força. Flagelada pela emigração que desenraíza famílias, ou as separa, a população adormece nos lençóis pagos com francos, habita casas multicolores pagas com marcos e alimenta-se dos dólares.

O observador desatento, deixa-se anestesiar pela beleza paisagística da região, embala-se no sonho da liberdade e da democracia apetecidas, levado pela quantidade e qualidade das casas construídas, pelo alinhado cultivo das vinhas, pela verdura dos pastos.

Mas decalcando esta passagem soberba, a realidade desperta-nos violentamente para a tarefa suprema de construção revitalizadora que urge empreender, se não quisermos negar o futuro que ambicionamos, de justiça social e independência nacional.

E A REALIDADE É:

— Assistência sanitária inexistente ou insuficiente. (Consultas ao domicílio 3500$00 a 4500$00 ou mais. Ainda há mortalidade maternal, instalações hospitalares em ruínas).

— Inexistência duma rede rodoviária capaz. (Há ainda localidades servidas por caminhos).

— Infraestruturas escolares insuficientes e deficientes. (Crianças para irem à escola têm que percorrer caminhos quer faça chuva ou sol meia hora e mais e não têm na escola abrigos, aquecimento nem cantinas).

— Agricultura minifundiária, muito dividida, pouco rentável, com má colocação dos produtos. (Associativismo comprometido por campanhas contra-revolucionárias e pelo pouco esclarecimento da população).

— Inexistência de distribuição de energia eléctrica e água. (Os fios de alta tensão passam por cima das povoações, continuando estas às escuras).

— Forte emigração. (Mulher casada há 10 anos, marido emigrado há 14).

— Inexistência de indústrias.

— Total dependência da população duma agricultura de subsistência, do pastoreio e da emigração.

— Limitadíssima actividade cultural. (1 grupo folclórico, 3 bandas de música).

— Desconhecimento ou desconfiança pela situação política pós-25 de Abril.

— Analfabetismo, e relutância em enviar os filhos à escola para ajudarem nas lides do campo. (5.ª e 6.ª classes).

— Regionalismo exacerbado e em alguns casos violento, derivado duma ausência de conhecimento da realidade e de ódios herdados, mal definidas já as suas origens.

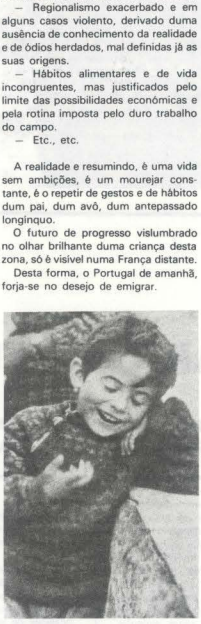
— Hábitos alimentares e de vida incongruentes, mas justificados pelo limite das possibilidades económicas e pela rotina imposta pelo duro trabalho do campo.

— Etc., etc.

A realidade e resumindo, é uma vida sem ambições, é um mourejar constante, é o repetir de gestos e de hábitos dum pai, dum avô, dum antepassado longínquo.

O futuro de progresso vislumbrado no olhar brilhante duma criança desta zona, só é visível numa França distante.

Desta forma, o Portugal de amanhã, forja-se no desejo de emigrar.



Esta realidade, que infelizmente é a única e não foi inventada por nós, surge aos militares que se vêem envolvidos em acções de dinamização cultural.

CIMENTAR A UNIÃO DO POVO COM AS FORÇAS ARMADAS

No contacto íntimo com a população se cimenta a união do povo com as Forças Armadas. E não acontece, por o povo se encontrar com as Forças Armadas, agradecendo ou vitoriando-as. Acontece e será indissolúvel, porque são as Forças Armadas que se irmanam com o povo, se interrogam sobre as causas e os efeitos de tanta desigualdade, de tanta injustiça e de tanta tristeza.

Acontece porque são as forças armadas que conhecem finalmente o povo a que pertencem, reconhecem o aliado fiel a quem dar o braço, o campo de luta onde a batalha final se travará, o sentido enfim da revolução que puseram em marcha.

Não se afiijam ou quem sabe, podem felizmente afligir-se à vontade, todos os que pensam que não deveríamos meter ombros a esta tarefa, por sermos incapazes, não estarmos preparados ou outras razões inconfessadas.

O M. F. A., as Forças Armadas, não querem, nem vão colonizar cultural ou politicamente o país. Com a razão que lhes assiste, por terem sido os finalizadores da luta anti-fascista e os que tiveram êxito; com a razão que lhes não é negada pelos verdadeiros explorados deste país, o M. F. A., limita-se a transmitir a todos eles que a luta é deles e nossa, que a revolução só será revolução, quando eles acordarem e participarem com a sua quota-parte. E ao mesmo tempo que de viva voz lhes transmitimos a nossa mensagem, deles recolhemos os ensinamentos da sua dura experiência e os catalizamos no desenrolar do processo revolucionário, que com eles queremos realizar.

MAIS TRABALHO E MENOS PALAVRAS; MAIS ACTOS E MENOS INTENÇÕES

A revolução iniciada em 25 de Abril não é a revolução das Forças Armadas, pois nós não acreditamos que qualquer sector da população, possa isoladamente triunfar numa tarefa deste tipo.

A revolução triunfante será a realizada pelo Povo Português, em particular e principalmente pelas camadas da população até agora mais desfavorecidas e em defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Dentro deste espírito, percorremos os campos da nossa terra, no conhecimento mútuo, das realidades duras da existência dos portugueses. E mais. Reafirmamos indiscutivelmente que nos mantemos ao seu lado na luta pela construção dum Portugal para todos, que estamos fazendo a aprendizagem de viver a revolução e não vivemos confundidos pelo esgrimir de ideias belas e de palavras ocas.

Sabemos bem que o que é preciso é mais trabalho e menos palavras. Mais sacrifício para nós e menos discursos para os outros. Mais actos e menos intenções.

E pelo nosso lado, continuaremos, avisando e trabalhando, enquanto o povo mandar.

DINAMIZAÇÃO É REVOLUÇÃO

As Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico têm mostrado a triste realidade da situação degradante e infra-humana em que vivem muitos portugueses.

Nas nossas aldeias parece que o tempo parou. O povo envelhece nostálgico dos filhos e netos que labutam em França e na Alemanha. O analfabetismo, a doença, uma alimentação desiquilibrada, as casas apodrecendo com os anos, eis o que nos mostra a radiografia sicial de grande parte do nosso povo.

O obscurantismo e a ignorância a que um regime impôs o viver desta gente, leva-nos na História a alguns séculos de distância e evidencia-nos um crime de monstruosas proporções.

A electricidade, a assistência médica, as estradas e a própria escola ainda não são realidades na vida de muitos portugueses.

Quando se faz o balanço das conquistas já alcançadas com a nossa Revolução, temos que reconhecer que ela dá ainda os primeiros passos em muitas das nossas aldeias e que é urgente que ela penetre no espírito e no corpo de cada elemento da nossa comunidade. Para isso é necessária uma mobilização de todas as forças empenhadas na construção do Portugal do futuro, esse país donde queremos afastar a ignorância, a miséria e a opressão.

Nesse sentido é tarefa essencial que se descentralize a Revolução e que se faça com que ela penetre em todas as vilas e aldeias de Portugal; que suba as escadarias das Câmaras Municipais e faça cócegas nas secretárias dos burocratas das repartições; que entre pelas Delegações de Saúde e permaneça até que o último médico responda "presente"; que excite os técnicos e os professores; que invada os Tribunais, os escritórios e as secretarias; que faça esquecer comodidades e confortos; que salte das mesas dos cafés para a rua; que se atravesse por todos os caminhos; que gesticule e grite nos adros das escolas; que se empoleire nos púlpitos das igrejas; que se cole aos cabos das enxadas, aos volantes dos tractores, ao leme dos navios e a cada ferramenta; que esteja em toda a parte.

Cada português tem neste processo um papel específico a cumprir e não pode esperar pelo amanhã para, decidida e corajosamente, pôr as suas capacidades ao serviço da Revolução e colaborar assim na urgente e inadiável tarefa de reconstrução e transformação da nossa sociedade, de modo a que alcancemos o progresso e a justiça social que são inalienáveis direitos do homem.

PROGRAMAS DO M. F. A. NA RÁDIO E NA TV

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e esclarecimento do seu Programa, medida essencial para a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira via surgiu o "Boletim Informativo", agora já no seu 11.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.as, 5.as e 6.as feiras das 18,15 às 19,0º horas, e no Rádio Clube Português, 4.as e Sábados das 22,00 às 2220 horas. Quinzenalmente às 3.as feiras, pelas 21,15 horas também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.

Não pode existir um desenvolvimento dos homens se estes não tiverem a possibilidade de trabalhar, de participar no desenvolvimento de acordo com as necessidades e convicções próprias

INVENTAR O FUTURO

UM TEXTO DE DANILO DOLCI SOBRE A EXPERIÊNCIA DE DINAMIZAÇÃO SOCIO-CULTURAL NA SICÍLIA

CULTURA

Não sei ainda bem como nem porquê, parti para a Sicília, para Trappeto, a aldeia mais miserável que jamais vira. Ignorante como era dos problemas do Sul, ignorante de técnicos de trabalho sócio-económico (na Universidade estudara arquitectura, mas as relações entre os homens interessavam-me agora mais do que a harmonia entre as pedras), trabalhando com os camponeses e com os pescadores, participando bem no íntimo da sua vida, olhava à minha volta.

A partir deste momento posso dizer que comecei a aprender verdadeiramente, e em diversas fases.

1. Encontrava-me, se bem que na Europa, numa das zonas mais miseráveis e mais ensanguentadas do mundo: vasto o desemprego, extremamente difuso o analfabetismo, subtil e prepotentemente penetrante, quase por toda a parte, a violência da Mafia. A população, na sua maioria, era amarga, gravemente descontente, mas não se empenhava a fundo em operar modificações. Tornava-se cada vez mais claro que, enquanto não há experiência de que a modificação é possível, de que são possíveis profundas e substanciais transformações, quando se repete facilmente "foi sempre assim e sempre assim será", é muito difícil que o homem se empenhe em realizar modificações; e isto, observava, era evidentemente verdadeiro em zonas agrícolas atrasadas, mas não era menos verdadeiro nas zonas industrializadas, onde muitos podem não ter a noção de direcções e de ritmos de desenvolvimento como alternativa daqueles em que estão emersos. Um homem não se empenha (em relação a que coisa, se é inexistente para ele?) enquanto não sabe que pode ser, ele também, elemento determinante do desenvolvimento e da sua direcção.

É necessário, portanto, aprendia eu, empenharmo-nos, com as pessoas, em produzir factos novos, a todos os níveis, que dêem a cada um a experiência de que, e como, é possível a modificação; e suscitar ocasiões de verdadeira comunicação entre pessoas de cultura e de vida diversas.

2. Sobre uma população frequentemente esfomeada, desesperada, intervinha o Estado, não proporcionando o trabalho necessário, as escolas necessárias, novas ocasiões de sólida confiança, mas fazendo sobretudo prisões e matando quem protestava: desde os bandidos, até aos movimentos de camponeses para a ocupação das terras feudais incultas. Não era raro a polícia comportar-se, de facto, com as suas brutalidades e os seus enganos, como os bandidos, precisamente como os "mafiosos" (em muitos casos, íntimos de altos políticos e da própria polícia); nalguns casos, mesmo nos postos mais elevados, diferiam apenas pelo brilho da farda.

Procurámos esclarecer com a própria população, através de uma auto-análise publicada sob o título de *Banditi a Partinico* (1) tendente a favorecer precisamente uma tomada de consciência na região e noutros locais, quanto era funesta, para essa região, a pretensão de curar empregando instrumentos de morte em vez de ocasiões de vida. Tornava-se-me cada vez mais claro que este primitivo mal, difundido no mundo em todas as escalas e a todos os níveis, devia ser por toda a parte extirpado, denunciado, superado.

3. Como é possível a transformação de uma zona, enquanto a maior parte da população não puder intervir, permanecendo desempregada ou empenhada em trabalhos que não são verdadeiros trabalhos? Uma auto-análise, promovida para esclarecer junto da população o drama do trabalho-não-trabalho "o livro recebeu o título de *Inchiesta e Palermo*" (2), ajudou-nos a compreender o que acontece também noutras vastas regiões do mundo.

Não pode existir um desenvolvimento dos homens se estes não tiverem a possibilidade de trabalhar, de participar no desenvolvimento de acordo com as necessidades e convicções próprias.

4. A fome e as desgraças arruinam grandes massas de população; na verdade, antigos e novos exploradores sugam-nas, muito mais do que os piolhos. Mas as pessoas que, de facto, permanecem inertes, ou quase, durante tão grande parte do ano, trabalhariam de boa vontade, promovendo o desenvolvimento para si e para todos, se soubessem o que fazer de útil.

As águas desperdiçam-se, de Inverno, no mar, enquanto os campos queimados, no Verão, poderiam produzir para todos; mas como é possível querer ter uma barragem quando não se sabe o que é uma barragem? O estrume é queimado aos montões nos limites de muitas aldeias; como é possível valorizá-lo, se não se sabe bem como fazê-lo fermentar e valorizar? A terra desaba nas encostas não arborizadas, adoecem ou rendem pouco as culturas e criações não convenientemente tratadas, enquanto grande parte da população, muitas vezes tomando superstitciosamente estes males por castigos do Céu, está a maior parte do tempo sem fazer nada. Há possibilidade de viver para todos, mas não se sabe isso.

A fim de contribuir para esclarecer em que medida o baixo nível técnico-cultural é obstáculo ao desenvolvimento em todas as partes do mundo, embora sob formas muitíssimo diversas, promovemos uma auto-análise entre a população, depois publicada com o título de *Spreco*.

Como podem resolver-se problemas que não se conhecem, que não conseguem conhecer-se? Como pode valorizar-se, enquanto não existe verdadeiramente o problema da valorização?

É NECESSÁRIO REALIZAR O DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DE TRÊS INSTRUMENTOS FUNDAMENTAIS: O HOMEM, CENTRO DA CONSCIÊNCIA E DA DESCOBERTA, O GRUPO ABERTO VALORIZADOR E A PLANIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA

5. Fora para Trappeto sozinho, obedecendo às minhas convicções, e não me encontrara na situação de *alguém* que não conseguia e poderia conseguir se lhe dessem uma ajuda; encontrara-me no meio de *uma multidão* de gente que estava mal, numa situação da qual, geralmente, não sabia sair.

Era indispensável alargar as relações individuais, era necessário que se formassem, entre estes homens ou núcleos familiares, na maioria dos casos isolados, grupos de pesquisa e de iniciativa com o desejo cada vez mais intenso de valorizar, valorizando-se; e que se alargassem e aprofundassem os grupos já existentes, que tendiam a desenvolver-se democraticamente.

Formara-se um grupo, pequeno (umas vinte pessoas activas, entre a população mais avançada, através de quatro centros-piloto, numa vasta zona da Sicília Ocidental) mas estável e qualificado, o Centro de Estudos e Iniciativas. Já não me emcontrava só: um laboratório social — em que cada um estava numa relação de simbiose criadora com os outros — procurava e realizava. O grupo tendia a formar-se nas pesquisas-iniciativas, convicto e aberto. Um grupo, poderíamos dizer, de objectores de consciência: tendente a estabelecer relações activas com os outros, indivíduos e grupos, tendente a dar origem a

PAZ

MFA

A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política, e não militar;
b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

programa do M. F. A. — medidas a curto prazo

MOVIMENTO
boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS
25 ABRIL

novos grupos onde estes eram necessários, a ser como que um guia de outras iniciativas.

O esforço para que fosse construída uma barragem era importante, porquanto as águas teriam trazido, juntamente com o pão na terra árida, também a experiência nova de que era possível mudar a face da terra; mas era importante também, porquanto a barragem significava sindicato de operários, sociedade democrática de irrigação, cooperativas vinícolas e de produção em geral: isto é, significava racionalização e organização do caos, início de verdadeira planificação democrática.

Procurei exprimir com precisão, depois de o ter experimentado e discutido com os colaboradores mais perspicazes e as populações mais interessadas, nas primeiras trinta páginas de *Verso un mondo nuovo* (3) o que, para o desenvolvimento de um mundo novo, é necessário realizar através de três instrumentos fundamentais: o homem, centro de consciência e de descoberta, o grupo aberto valorizador e a planificação democrática valorizadora.

QUEM TENDE A CONSERVAR AS SITUAÇÕES COMO ESTÃO, A "ORDEM", PROCURARÁ PÔR FORA DE JOGO QUEM QUER PROMOVER A MODIFICAÇÃO

6. Mas bastará tomar consciência de um problema para resolvê-lo? Bastará indicar alguns objectivos sensatos, mesmo através de rigorosas documentações, para que se movam automaticamente naquela direcção as necessárias soluções? A nossa experiência era cada vez mais nítida; quando um indivíduo ou um grupo tem um problema para resolver à sua escala, basta-lhe arregaçar as mangas e deitar-se ao trabalho para o resolver; mas quando, para voltar ao exemplo precedente, nos persuadimos de que é necessária para uma região uma grande barragem, cuja dispendiosa construção é da competência das autoridades da Província e do Estado, quando não basta a indicação, é necessário fazer pressão para obter.

Fazer pressão não violentamente — fazendo a greve activa ou passiva, não colaborando decididamente no que se considera nocivo, protestando ou actuando publicamente por todas as diversas formas que podem ser sugeridas pelas circunstâncias, pela sua própria consciência e pela necessidade: valendo-se das leis boas, quando existem, e contribuindo para realizar novas leis, quando são insuficientes — mas fazer pressão com força serena até que o bom senso e o sentido da responsabilidade vençam.

Fazer pressão sabendo que, naturalmente, isso custa. Quem tende a conservar as situações como estão, "a ordem", procura pôr fora de jogo quem quer promover a modificação. É assim: bem o sabem aqueles de nós que foram presos, indicados como delinquentes, atingidos por dezenas e dezenas de denúncias; bem o sabem todos aqueles que, em todas as partes do mundo, se empenham, sensíveis à urgência de uma vida nova. É ingénuo admirarmo-nos ou escandalizarmo-nos com isso. É próprio de homens responsáveis, pelo contrário, procurar atentamente que métodos e estratégias hodem experimentar os fracos, para que efectivamente a sabedoria possa vencer para todos, isto é, quais as alternativas eficazes da violência.

A antítese da paz não é o conflito, é a violência.

E não creio já possível separar o empenho pelo desenvolvimento sócio-económico do empenho pela paz; assim como não podemos contentar-mo-nos com um desenvolvimento qualquer, com incrementos inorgânicos, também sabemos que um pacifismo sem raízes reais sócio-económicas se reduz, a maior parte das vezes, a palavras.

7. O próprio clarão das bombas atómicas nos ajudou a ver quanto é errado exaltar apenas o indivíduo, o colectivo fechado ou a humanidade em geral, isto é, como é indispensável descobrir, para cada caso, as mais oportunas, as mais perfeitas formas de relação entre indivíduos, entre um grupo e outros grupos, e todos. Trabalhando nesta direcção no nosso laboratório da Sicília Ocidental, nos últimos anos, pareceu-nos particularmente útil a análise do grupo "clientelar" e do grupo "mafioso-clientelar" no que respeita à região (uma auto-análise popular sobre o assunto foi ultimamente publicada sob o título *Chi gioca solo,* tirado do cèptico provèrbio siciliano "Quem joga só uma perde"), para nos ajudar a compreender bem para além da região. Detendo-nos a analisar, com um mínimo de atenção, o sistema "clientelar", notamos que as figuras nele essenciais são:

— O hábil "político", centro público de poder do grupo;
— Os "clientes" grandes eleitores, que contribuem de modo essencial para determinar o prestígio e o poder do seu político (*clientes* — diz o vocabulário — na antiga Roma eram as pessoas que, embora gozando do *status libertatis,* isto é, não sendo juridicamente escravos, se encontravam em relação de dependência do *patronus* que lhes assegurava a sua protecção; quer dizer, premissa conceptual da clientela é a substancial diferença entre o forte, o patrão — ao qual nos entregamos —, e quem se entrega);
— Aqueles homens da rua que, não sabendo reconhecer os seus interesses fundamentais, se deixam iludir pelo "político" e pelos seus "clientes", emprestando prestígio e poder frequentemente na direcção oposta aos interesses próprios.

Algumas características evidentes deste tipo de grupo, no limite extremo, são:

— Não se visa a valorização de cada indivíduo;
— A relação entre o "político" e o "cliente" grande eleitor, como entre "cliente grande eleitor" e o seu "cliente" (e assim sucessivamente, numa grande cadeia "clientelar"), consiste numa sistemática tentativa de exploração recíproca: "tu dás-me uma coisa a mim e eu dou-te uma coisa a ti", "tu dás-me um lugar a mim e eu arranjo-te votos para ti";
— Consegue-se muitas vezes fazer passar este sistema sob a aparência de um sistema democrático.

8. Se nos detivermos a observar, com um mínimo de atenção, o sistema "mafioso-clientelar" — seja qual for o nobre rótulo que ele ostente — parece-nos evidente que:

— O "político" deste grupo cobre, com o seu prestígio, conteúdos criminosos; sem a sua habilidade de manobra, sem a sua capacidade de fazer parecer lícito o que, normalmente, já é considerado ilícito, sem a sua intervenção tendente a paralizar a intervenção normal dos órgãos que administram a justiça, o fenómeno "mafioso" não pode subsistir;
— Alguns dos "clientes", maiores ou menores eleitores, são verdadeiros "mafiosos"; reproduzem-se, por isso, nas suas cadeias "clientelares", além do parasitismo do sistema "clientelar", algumas características típicas da Mafia, como a imposição, a extrema violência ao arranjarem qualquer coisa para si e, portanto, o terror, o segredo, o encerramento — muitas vezes total — no exterior (a propósito de *arranjar,* num interessante processo a que pude assistir, ou melhor, participar, em Roma, ouvi com os meus ouvidos um Subsecretário de Estado, isto é, um Vice-ministro, acusado de ser da Mafia e de estar em relação eleitoral com grupos "mafiosos", dizer candidamente ao presidente do tribunal: "Não, não foi Fulano quem *me arranjou* os votos naquela cidade, foi Sicrano").

CONSTRUIR NOVOS GRUPOS DEMOCRÁTICOS E DISSOLVER OS VELHOS GRUPOS ESCLEROZADOS, A TODOS OS NÍVEIS

9. As condições básicas que tornam possíveis estes parasitismos sistematicamente ramificados, em sentido duplo ou único, são sobretudo:

— O baixo nível económico de vastas massas, pelo que a procura do pão ou de um emprego é de tal urgência que tudo o resto se lhes torna secundário;
— O baixo nível cultural-político de vastas populações, pelo que a procura do interesse de cada um é exercida a uma distância tão aproximada que o é egoistamente e sem um mínimo de perspectiva real em relação ao interesse de todos;
— A insuficiente capacidade para uma nova vida de associação-colaboração: terreno fértil para todas as aventuras autoritárias, para todos os tipos de fascismo, de monopólio, de oligopólio.

Isto é, os sistemas "clientelares" e "mafioso-clientelares" são possíveis na medida em que cada um, isolado, não sabendo, não sendo capaz de fazer valer, se resigna a não agir e a não pensar, conforme os seus verdadeiros interesses.

É evidente, portanto, que é indispensável, para valorizar efectivamente cada um, visar construir e correlacionar novos grupos democráticos abertos e, ao mesmo tempo, superar e dissolver os velhos grupos esclerozados, a todos os níveis.

A violência não é, decerto, apenas um fenómeno da Sicília Ocidental; ela penetra, sob as mais diversas formas, em todas as partes do mundo. Parece-me de grande interesse para todos a compreensão do sistema "mafioso-clientelar" precisamente porque, sendo uma das formas extremas da organização da violência, nos ajuda a estudar esta como que através de uma lente de aumentar.

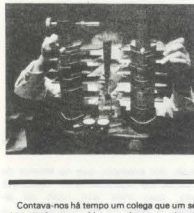
OS VOTOS COMPRAM-SE SOBRETUDO ATRAVÉS DE MACIÇOS INVESTIMENTOS NA IMPRENSA, NOS MAIS EFICAZES INSTRUMENTOS DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E SÓ INDIRECTAMENTE COM A COMPRA DOS POLÍTICOS QUE SE PODEM MOSTRAR ÚTEIS

Sabe-se, por exemplo, que no interior de certas zonas de industrialização capitalista avançada, com mais alto nível de alfabetização — como no Norte da Itália —, o mais elevado poder não está tanto nas mãos do político, quanto, frequentemente, com jogos mais complexos e astutos, nas mãos de quem tem mais dinheiro (os votos não se compram directamente com as mil liras ou com o pacote de massa, com a pequena recomendação ou com o susto, mas sobretudo através de maciços investimentos na imprensa, nos mais eficazes instrumentos de formação da opinião pública e só indirectamente nos políticos que podem mostrar-se úteis). Parece-me, porém, que não foi, até agora, observado com igual nitidez que, ao nível internacional, os modelos de relação, no interior dos grupos e entre os próprios grupos, são os primitivos da clientela e do sistema "mafioso-clientelar" (muito úteis a este propósito são as confirmações derivadas dos estudos de Johan Galtung e do seu Instituto de Sociologia dos conflitos, em Oslo).

10. Todas as manhãs, antes que o dia nasça, continuo a procurar no meu silêncio, antes de empenhar-me nas iniciativas activas: sei que aceitar a dispersão na complexidade deste mundo (onde se enredam enormes esforços de esclarecimento e desenvolvimento a duras resistências e enormes desperdícios — desde os da miséria desesperada aos da riqueza, até entre os arranha-céus e as fábricas de bombas atómicas tecnicamente mais aperfeiçoadas), é já morrer; sei como custa a este mundo sair do seu tempo primitivo para aquele em que a tua vida é a minha vida e a minha vida não pode deixar de ser também a tua; sei que mal começâmos a compreender que os homens só podem verdadeiramente aprender quando quiserem investigar e souberem procurar também em conjunto; e que, infelizmente, está sempre presente o risco de esquecer o que se sabe.

NOTAS

(1) Ed. portuguesa em preparação, Moraes Ed.
(2) *Inquérito em Palermo,* trad. portuguesa, Moraes Ed., Lisboa, 1964.
(3) *Para um mundo novo,* ed. port. Moraes Ed., Lisboa, 1967.



SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS NOVOS MEDICAMENTOS

Contava-nos há tempo um colega que um seu doente, bastante idoso e bastante doente, depois de submetido a diversos exames e terapêuticas, lhe confidenciara amargamente:

— "Senhor doutor, é certo que a medicina fez muitos progressos, mas noutros tempos morria-se mais tranquilo".

Morria-se, em todo o caso, muito mais cedo. De facto, as taxas de mortalidade têm vindo a descer progressivamente e a duração média da vida quase duplicou em relação à do século passado. Todos reconhecem, a este propósito, o valor da contribuição da terapêutica farmacológica nomeadamente no que diz respeito às aquisições dos últimos 30 ou 40 anos.

É evidente que os notáveis progressos realizados vieram permitir a solução de graves problemas terapêuticos e abrir a perspectiva da próxima solução de outros. Mas desses mesmos progressos emergiram, por outro lado, problemas próprios de magnitude e acuidade consideráveis. Estes problemas decorrem fundamentalmente dos seguintes aspectos:

1) Grande número de medicamentos e consequentemente dificuldade em os conhecer e seleccionar, agravada por uma elevada taxa de renovação — é breve o tempo de semivida dos novos medicamentos. Risco considerável de conferir nova actualidade ao comentário malicioso de Voltaire: "os médicos enchem o corpo humano de que pouco sabem com medicamentos de que não sabem nada..."

2) Elevada potência farmacológica dos novos medicamentos. Totalmente ultrapassado o "primum non nocere" hipocrático, aceita-se que cada terapêutica comporta os seus riscos e surge a noção do "risco calculado" que exige o conhecimento prévio de todo o bem e de todo o mal que cada medicamento é capaz de fazer e legitima o seu emprego sempre que o peso dos benefícios prováveis ultrapasse o dos riscos possíveis.

3) Eventualidade do aparecimento de efeitos imprevisíveis no caso de medicamentos de introdução recente. Foi espectacularmente demonstrada pela tragédia da talidomida, o desastre mais sinistro da história da terapêutica moderna. A nossa atitude perante os novos medicamentos antes e depois da talidomida não pode continuar a ser a mesma!

A talidomida não vinha preencher nenhuma lacuna terapêutica, era uma droga trivial com actividade hipnótica que não apresentava vantagens transcendentes em relação aos seus congéneres de características farmacológicas já bem estabelecidas. Apesar disso, mercê de uma eficaz publicidade, adquiriu rapidamente, sobretudo na Alemanha Ocidental onde foi introduzida em 1956, uma grande popularidade.Credulamente prescrita pelos clínicos e adquirida pelo público que, por exemplo na Alemanha, o podia aliás fazer sem receita médica, só cinco anos mais tarde se começou a suspeitar da sua responsabilidade na ocorrência de sucessivos casos de focomelia em recém--nascidos. Estes casos que surgiram um pouco por toda a parte totalizaram só na Alemanha 10 000 crianças das quais sobreviveram 5000, muitas delas com deformações grotescas. Mesmo depois das primeiras advertências na imprensa, muitas grávidas ignorantes da confusão que reina na denominação dos medicamentos continuaram a tomar a droga até porque ela fora incluída em certas associações ou produtos compostos recomendados para o alívio sintomático dos resfriados, da gripe, da asma brônquica, das cefaleias.

Que os efeitos nocivos da talidomida tenham sido reconhecidos ao cabo de apenas 5 anos, isso deveu-se ao seu carácter dramático e invulgar. Tivessem eles sido mais subtis, por exemplo uma redução no nível de inteligência das crianças, e ainda hoje a talidomida seria com toda a probabilidade largamente usada.

A possibilidade de riscos imprevistos tem por consequência que ser levada em linha de conta ao ponderar-se o "risco calculado" na terapêutica pelos medicamentos de aquisição recente.

COMO SURGE UM NOVO MEDICAMENTO

A descoberta, estudo e lançamento no mercado de um novo medicamento constitui um processo complexo, demorado e dispendioso. A investigação decorre, habitualmente, numa universidade ou nos laboratórios da indústria farmacêutica.

A descoberta de novos medicamentos faz-se: por prospecção farmacológica de determinados tipos de produtos com certas características comuns que por alguma razão se admite poderem revelar propriedades terapêuticas ("screening"), por modificação estrutural de fármacos já existentes; por acaso ou acidente.

Uma vez descoberta uma droga potencialmente útil, será submetida no laboratório farmacológico a toda uma série de estudos por todas as técnicas experimentais que pareçam pertinentes para o conhecimento da sua actividade e propriedades farmacológicas gerais. É de rudimentar necessário averiguar, também, as suas características físicas e químicas e aferir a sua estabilidade.

No seguimento desta investigação de base, procede-se a ensaios em animal de experiência, "in anima vili". As indispensáveis provas de toxidade aguda e crónica convém que sejam efectuadas em diversas espécies animais, pelo menos no Murganho, no Rato e no Coelho. De qualquer modo, por muito extensos e cuidadosos que sejam estes ensaios, eles são úteis apenas na medida em que mostram ou sugerem que o produto em estudo é suficientemente promotedor e suficientemente seguro para merecer um ensaio clínico.

O ensaio preliminar é uma experiência necessariamente cautelosa e de âmbito limitado, normalmente conduzida em voluntários são ou doentes. Estes voluntários são com frequência os próprios farmacologistas e seus assistentes técnicos, estudantes de medicina, enfermeiros, presidiários. Se os resultados forem favoráveis, será então oportuno promover estudos clínico-farmacológicos de âmbito mais largo em que se procurará documentar a eficácia e segurança do novo medicamento em ensaios convenientemente planeados e controlados.

Não tem sido fácil porém encontrar clínicos que disponham do número e da qualidade de doentes necessários, possuam a necessária aptidão clínica e farmacológica e estejam dispostos a efectuar o estudo. Mesmo então, mostra a experiência que apenas um de cada seis ensaios é completado. As razões são diversas: o clínico não dispõe de tempo suficiente ou não se sente muito atraído pelo problema para que é solicitado, a assistência dos seus colaboradores mostra-se insuficiente, o apoio laboratorial -precário, etc., etc. Existe uma grande carência de médicos com formação e treino adequados para este tipo de estudos. Em todo o caso, o lugar que cabe à Farmacologia Clínica na investigação e no ensino tem vindo a merecer por toda a parte um interesse e uma consideração crescentes.

Porque as possibilidades actuais de realização de ensaios clínicos controlados em larga escala são limitadas e por outras razões práticas não podem eles normalmente abranger todos os tipos de doentes ou todas as variedades de situações clínicas. Nestas condições, a avaliação da eficácia terapêutica real de um medicamento prolonga-se, em maior ou menos escala, dentro do período do seu emprego clínico geral após a sua introdução no mercado. Mais importante ainda é, porém, o facto de as manifestações de toxidade poderem ocorrer apenas numa fracção limitada da população de casos depois de um emprego muito prolongado ou apenas em combinação com outras variáveis contingentes, donde resulta que o conhecimento pleno do potencial tóxico de um medicamento pode não ser possível antes que decorram alguns anos do seu uso generalizado. Esta noção tem uma extraordinária importância prática para o clínico.

Na realidade, com frequência se verifica ao generalizar-se o seu emprego que um dado medicamento provoca efeitos secundários que vêm moderar o entusiasmo inicial. Em alguns casos, esses efeitos revelam-se mesmo de tal modo graves que limitam muito, se não proíbem, o emprego da droga. Assim, no período de 1958 a 1964, a Food and Drug Administration aprovou para uso clínico 251 novos medicamentos; oito deles viriam a mostrar-se a tal ponto mais tóxicos que o que se previra que tiveram que ser retirados do mercado.

Perguntar-se-á se uma experimentação mais lenta e mais profunda no animal de laboratório não permitiria detectar esses efeitos. Devemos, desde logo, fazer notar que os métodos de investigação farmacológica prévia são normalmente úteis e eficazes o que se reflecte no facto de dos milhares de fármacos ensaiados no animal e no Homem poucos sobreviveram a esse estudo preliminar para o emprego clínico generalizado. Calcula-se que de cada 3000 compostos apenas 20 se vêm a revelar suficientemente activos e pouco tóxicos para merecer um ensaio no Homem e, destes 20, apenas um acaba por ser lançado no mercado. São por consequência poucos os que passam a "fieira". Ora apenas com cerca de 3% destes poucos ocorrem efeitos tóxicos graves e, em regra, com uma baixa incidência.

Por outro lado, no entanto, temos de conceder que o comportamento do animal de experiência é por várias razões diferente do da espécie humana e por consequência os resultados obtidos não podem ser transportos sem reservas. Pensa-se que não ganha muito em prolongar e multiplicar estes ensaios para além das normas actualmente estabelecidas e praticadas nesta tipo de investigagação. Os estudos no animal de laboratório não podem servir de garantia por extensos e variados que sejam, relativamente a alguns dos mais importantes problemas que podem surgir durante a terapêutica com os novos medicamentos. Têm-se mostrado insuficientes ou impotentes, nomeadamente, na previsão da possibilidade ou da gravidade de reacções alérgicas, de discrasias sanguíneas, de psicoses tóxicas, de acções carcinogénicas, de acções teratogénicas, de reacções condicionadas geneticamente.

Por seu turno, o ensaio clínico preliminar é forçosamente limitado no número, na qualidade e no tempo. Muitos dos efeitos tóxicos graves ocorrem com uma baixa incidência que pode ser por exemplo, da ordem de 1/50 000 casos de administração da droga e por consequência é altamente improvável que se manifestem durante esses ensaios preliminares e mesmo nos primeiros tempos de generalização do seu emprego clínico. Nestas circunstâncias, todo o novo medicamento deverá ser considerado em fase experimental durante os primeiros dias ou três anos de emprego clínico generalizado. Só ao cabo desse tempo se terá reunido com toda a probabilidade o número de casos suficiente para permitir conhecer razoavelmente o potencial tóxico do medicamento.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA — ELOGIO E CRÍTICA

Conforme referimos, o advento de um novo medicamento processa-se, habitualmente, através dos seguintes passos:

1 — descobrimento;
2 — investigação farmacológica de base, laboratorial;
3 — ensaio piloto na espécie humana;
4 — ensaios clínicos controlados;
5 — produção em escala industrial, atribuição de um nome de fantasia ("marca registada"), introdução no mercado e emprego clínico generalizado.

Os encargos económicos que um tal processo comporta são, naturalmente, enormes e considerável o risco financeiro da operação. A U. S. Pharmaceutical Manufacturer's Association informou que em determinado ano (1958) de 114 600 substâncias investidas apenas 44 foram lançadas no mercado o que corresponde a um rendimento de 1/2600. Por vezes, este rendimento não ultrapassa 1/3000 ou 1/4000 e em alguns casos é ainda menor. A Association of the British Pharmaceutical Industry revelou que em 1960 as firmas inglesas dispenderam 7 507 745 libras, lançando no mesmo período 50 novos medicamentos. Uma dada investigação pode processar-se por vezes ao longo de anos. Uma firma sueca introduziu determinado medicamento ao cabo de 10 anos de investigação contínua. Outra empresa gastou 700 000 libras na pesquisa sem êxito de um agente antivírus. A crescente variedade e complexidade de técnicas e de instrumental tende a aumentar cada vez mais as despesas de investigação, desenvolvimento e produção. Segundo certas fontes, o custo de uma nova substância activa, nos Estaxos Unidos, teria subido de 800 000 dólares, em 1948, a 5 milhões de dólares em 1961 e atingiria agora os 10 milhões de dólares!

Uma vez o novo medicamento lançado no mercado e colocado à disposição do clínico, a firma produtora porá em prática as medidas de promoção de vendas que considere adequadas, em conformidade com a sua ética profissional, e procurará informar com honestidade a classe médica das características farmacológicas, terapêuticas do produto. Os delegados ou visitadores pretende-se que constituam nesse aspecto um elo entre o produtor e o médico a quem lhes cabe chamar a atenção para a introdução de um novo medicamento, suas formas de apresentação e modelos de embalagens, e facilitar o acesso a dados científicos que o ajudem a melhor conhecer as virtudes e limitações do produto.

O alvo de todo este laborioso e dispendioso processo é por um lado o benefício do doente, por outro lado o lucro económico. Um e outro servirão de molas propulsoras para pôr em marcha um novo ciclo.

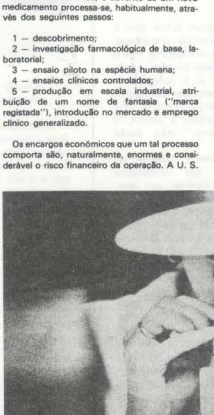
A Indústria Farmacêutica de Investigação pode com justiça reivindicar a honra de participar activamente e de maneira determinante no progresso terapêutico a que assistimos. O número de medicamentos actualmente em uso descobertos em departamentos universitários é muito reduzido, provavelmente porque os professores de farmacologia não consideram a investigação dirigida neste sentido como fazendo parte das suas atribuições principais — e é talvez um bem que assim seja. Assim, de 66 dos medicamentos considerados mais valiosos introduzidos depois do ácido acetilsalicílico, apenas 9 nasceram em laboratórios universitários. Quase todos os antibióticos (a penicilina e a estreptomicina são as excepções), a maior parte das sulfamidas, os esteróides, os diuréticos orais, os anti hipertensores foram descobertos nos laboratórios da Indústria que não poupa esforços, nem dinheiro para garantir a colaboração de cientistas e técnicos de escol.

A Indústria Farmacêutica tem ainda prestado uma colaboração muito importante e louvável através do financiamento e organização de "symposia" científicos, da contribuição económica para a existência da maioria das revistas médicas, da colocação de filmes médico-educativos e de circuitos de televisão, da instituição de prémios, do fornecimento de separatas e fotocópias de artigos científicos, etc., etc.

Que uma das mais fortes motivações de todo este esforço seja o lucro financeiro não constitui em si mesmo nada de criticável no regime de livre concorrência em que estas empresas trabalham. Invoca-se a propósito o exemplo da U. S. S. R. onde a sua indústria farmacêutica estatal não descobriu, desde a revolução de Outubro, um único medicamento de interesse. O estímulo da concorrência, no plano de investigação científica, parece, assim, ter produzido os melhores frutos.

Nestas circunstâncias, dois elementos há, em todo o caso, que podem subverter todo o sistema: a ilusão de uma concorrência sem limitações e a ânsia desmedida de lucros.

A descoberta e produção de um medicamento novo de real valor que constitua de facto uma contribuição original e importante para a terapêutica exige como vimos muito tempo muito esforço e muito dinheiro. Assim aconteceu com o primeiro dos barbitúricos, com o primeiro dos sulfamídicos, o primeiro tranquilizante, os primeiros antibióticos. Muitos foram os que não resistiram à tentação de trilhar caminhos mais fáceis, mais rápidos e menos onerosos. Assim surgiram os incontáveis sucedâneos, obtidos por modificações químicas mais ou menos simples de medicamentos básicos já conhecidos. Chamam-lhes na literatura americana "me too drugs", medicamentos retardatários e oportunistas que vêm aproveitar dos caminhos que outros abriram e do interesse que outros justamente suscitaram. Os exemplos abundam: são os numerosos anti-histamínicos, numerosos



vagolíticos, sulfamidas, barbitúricos, diversos esteróides, sucessivos tranquilizantes.

A investigação de sucedâneos, note-se, é legítima na medida em que pode conduzir a preferentíco de sucedâneos que não oferecem reais vantagens práticas e tantas vezes comportam frenético de sucedâneos que não oferecem reais vantagens práticas e tantas vezes comportam inconvenientes adicionais. Recorde-se a diidroestreptomicina.

Outro caminho possível e ainda mais fácil é o dos medicamentos compostos ou associações. Tem sido, como todos sabem, largamente seguido. Num artigo em tempos publicado em The Lancet, referia-se a existência na Alemanha Ocidental de cerca de 7000 medicamentos, preparados por 565 firmas, contendo em geral 5 ou 6 princípios activos e não muito raramente 10 ou mais. Uma firma conseguira reunir num comprimido 26 substâncias diferentes! Quando o autor do artigo pediu, num grande hospital, efedrina em comprimidos foi-lhe dito, em conpensação, que não existia. É claro que existem medicamentos compostos que assentam em adequados fundamentos farmacológicos e têm interesse terapêutico indiscutível. Mas não é isso infelizmente, o que se verifica na maioria dos casos. Entre nós, o panorama é o seguinte: de cerca de 10 000 "marcas" que correm actualmente no mercado, aproximadamente 3/4 correspondem a medicamentos compostos.

Na sequência do que vimos expondo, somos levados a admitir, dentro da Indústria Farmacêutica, três categorias de laboratórios produtores:

— de primeira linha — os que verdadeiramente fazem investigação a alto nível com todos os seus encargos, riscos e satisfações morais e materiais; aqueles a quem se devem e de quem se esperam as grandes aquisições terapêuticas; obreiros do progresso verificado, deles decorre o prestígio da indústria de medicamentos; mesmo estes não deixam, em todo o caso, ainda que a título acessório ou excepcional, de recorrer aos sucedâneos e às associações pela necessidade de manterem um ritmo regular de produção de novos produtos, já que os medicamentos verdadeiramente novos, originais, não "acontecem" naturalmente, todos os meses, nem mesmo todos os anos;

— de segunda linha — que aproveitam do esforço inicial dos anteriores e se dedicam apenas, normalmente, à descoberta e produção de sucedâneos e de medicamentos compostos;

— de terceira linha — fabricante especializados na produção e comercialização de medicamentos descobertos e desenvolvidos por outros; procuram os artifícios de associações as mais diversas um verniz de originalidade que não podem exibir a nível mais elevado, nem mesmo no plano dos sucedâneos.

Da actividade de um sector importante da Indústria Farmacêutica, resulta por consequência a sobreprodução de um número de drogas supérfluas, quando não prejudiciais, fenómeno de evidente relevância na patogenia da chamada "selva terapêutica".

Mas há aspectos de maior melindre a considerar. Estas drogas tão prodigalmente produzidas, são em alguns casos sumariamente ensaiadas no laboratório, apenas para eliminar as de toxicidade mais óbvia. Citam-se casos gravíssimos como o que ocorreu com o tribaranol: as acções tóxicas que vieram a proibir o seu uso algum tempo após a introdução no mercado eram previsíveis com base em dados experimentais que foram pura e simplesmente escamoteados.

Chega-se ao ponto de aliciar o investigador encarregado do ensaio clínico — convém "demonstrar" que a droga é eficaz e melhor tolerada que os similares existentes. Eventualmente, financia-se uma revista médica pseudocientífica onde esses trabalhos possam ser facilmente publicados.

É no âmbito da publicidade que é preciso actuar. O desejo de tomar medicamentos parece estar-se tornando um dos grandes caracteres diferenciais entre o Homem e os animais inferiores. A propaganda comercial não hesita em tirar partido do facto. Técnicas publicitárias modernas usadas com tanto êxito na promoção de vendas de detergentes, sabões, pastas dentífricas ou automóveis parece poderem ser adoptadas com não menor êxito no campo dos medicamentos. Nem sempre se vai tão longe, mas são infelizmente correntes as informações pouco exactas ou tendenciosas, as consideradas pseudocientíficas, a atribuição de virtudes não demonstradas. Um artifício consiste em afirmar que o medicamento sucedâneo em causa é "n" vezes mais activo que o anterior e esquecer deliberadamente que é também "n" vezes mais tóxico e habitualmente mais caro.

A própria Pharmaceutical Manufacturers' Association dos E. U. A. considerou necessário e oportuno fazer perante os seus membros a afirmação de determinados princípios de ética profissional.

Não devemos, em todo o caso, esquecer que a moderna técnica publicitária entra sempre em linha de conta com o grau de receptividade do meio a que se dirigem. Sendo assim, podemos afirmar com verdade que nós médicos, como classe, temos os medicamentos que merecemos.

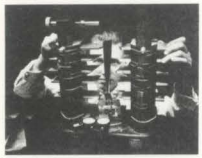
Todos estes medicamentos "retardatários", todos estes subprodutos da grande indústria farmacêutica, têm em geral uma vida efémera, alimentada que é durante um tempo calculado pela máquina publicitária. Por isso, se aconselha o médico: — "apresse-te a usar os novos medicamentos enquanto ainda são eficazes..." De facto, talvez mesmo uma outra indústria exiba uma tão rápida taxa de renovação dos seus produtos.

O PROBLEMA DA NOMENCLATURA DOS MEDICAMENTOS

A par do problema do número existe o problema do nome dos medicamentos. O nome é propriedade de uma firma farmacêutica que vende, ainda que não tenha necessariamente fabricado, o produto.

A descoberta de um novo medicamento e a elaboração de métodos para a sua produção à escala comercial são processos muito dispendiosos e o produtor procura uma compensação adequada através da protecção concedida por patentes que cobrem os métodos de produção e da introdução do novo produto sob uma designação de "fantasia" que constitui uma "marca registada". Se este novo medicamento se afirma como um sucesso terapêutico, logo se descobrem, habitualmente, outros métodos diferentes de produção que iludem a protecção conferida pela patente e assim surgem rapidamente uma série de marcas registadas diferentes para um mesmo produto. A venda de matéria prima a outras firmas multiplica ainda o número destas marcas. Em seguida vem a série de medicamentos "me too" com acções terapêuticas muito semelhantes, mas diferindo muito pouco na sua constituição química. A cada um destes corresponde naturalmente uma ou mais marcas. Assim se

(Continua na pág. 7)



SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS NOVOS MEDICAMENTOS

(Continuação da pág. 6)

chega ao actual estado de confusão que todos conhecem e quase todos lamentam.

A solução sob o ponto de vista dos clínicos não seria difícil. Bastaria que estes chamados "nomes de fantasia" ou "marcas registadas", um *relíquiae* talvez da era dos remédios de composição secreta, fossem abolidos e os medicamentos passassem a ser conhecidos pelo chamado "nome comum", ou "nome genérico", ou nome químico simplificado, que lhes seria atribuído por uma comissão internacional dependente da Organização Mundial de Saúde. Esta designação comum, que seguere a constituição química e por isso tem além do mais um valor informativo e educativo, poderia naturalmente ser acompanhada nos rótulos pelo nome da firma produtora. E afinal o que se tem feito desde sempre com a insulina, aparentemente sem inconvenientes graves para as firmas.

Outra solução seria de admitir uma única "marca registada", em benefício da firma a que coubesse de facto o mérito da descoberta e produção de um novo medicamento. Em relação aos sucedâneos a "marca registada" só seria autorizada no caso do produto mostrar vantagens seguras e significativas relativamente ao medicamento original. No actual estado de coisas, mesmo uma medida simples como seria a obrigatoriedade de impressão nos rótulos e textos publicitários do "nome genérico" junto da "marca registada", com idêntico relevo gráfico, evitaria muitos equívocos.

Uma solução deste tipo facilitaria muito sem dúvida a actuação do médico e da farmácia e salvaguardaria, parece-nos, os interesses legítimos do produtor que não são apenas, devemos reconhecê-lo, de índole comercial. de facto, o princípio activo de um medicamento não constitui o único factor da sua eficácia. Variações mínimas da composição do excipiente, tempo de desintegração, dimensões das partículas em suspensão podem afectar, algumas vezes profundamente, eficácia terapêutica e a incidência de efeitos acessórios de uma substância activa. Assim, independentemente da presença do teor devido em princípio activo e da sua estabilidade, a escolha da composição mais adequada para o veículo e a uniformidade da preparação seriam da responsabilidade de cada produtor e factores determinantes da sua reputação.

Seja como for, uma coisa é certa: enquanto os "nomes comuns" difíceis de fixar, de pronunciar, de escrever não possuirem a elegância e eufonia dos inventados pelas firmas, a batalha pela sua adopção generalizada será uma batalha perdida.

INTERVENÇÃO REGULADORA

Sempre que num determinado sector ocorrem abusos ou desvios da ética o ideal será que nesse mesmo sector se efectue uma auto-regulação sem necessidade de intervenção de entidades exteriores. No que respeita à produção de medicamentos, verifica-se no entanto, em muitos países, a conveniência de pôr em prática medidas legislativas de caracter regulador e disciplinador, tendo em vista a defesa da saúde pública.

Entre nós, a medida de maior alcance que, neste âmbito, se tomou foi a promulgação, em 1957, do Decreto n.º 41 448 que instituí a Comissão Técnica dos Novos Medicamentos com a função de apreciar os pedidos de introdução de novos medicamentos no mercado português e dar parecer sobre o seu interesse terapêutico e vantagens para a Saúde Pública da sua existência, tendo também em conta a conveniência de limitar o número de medicamentos similares. Ainda que a actividade da C. T. N. M. não possa processar-se em termos ideais e sofra de limitações de vária ordem, estamos convencidos que dela têm resultado para a Saúde Pública benefícios consideráveis.

A comissão faz fé na documentação que lhe é enviada ou que expressamente solicita à firma requerente. Pode discutir uma técnica, discordar de um delineamento experimental, notar a falta de uma valorização estatística adequada dos resultados, mas não pode naturalmente fiscalizar a execução de um ensaio ou garantir a sua honestidade e não dispõe de meios para efectuar investigações próprias. Análises efectuadas em laboratórios oficiais que dispõem de técnicos competentíssimos oferecem, em todo o caso, uma garantia nos aspectos da composição qualitativa e quantitativa, pureza e estabilidade dos novos medicamentos.

Um parêntesis para fazer notar a relativa frequência com que ainda hoje — as firmas produtoras se servem, como argumentos demonstrativos da excelência dos seus produtos, de meras "impressões clínicas" por vezes subscritas por médicos de prestígio que em poucas palavras, afirmam que aplicaram o medicamento em meia dúzia de doentes, que os resultados foram excelentes, que o medicamento é indispensável, que se torna urgente a sua introdução no mercado. Ora isto é colaborar, involuntariamente embora, numa fraude. No tempo que vivemos, não faz sentido oferecer opiniões convincentes em lugar de *factos* convincentes. As normas de ensaio clínico de medicamentos estão hoje bem estabelecidas e não podem continuar a ser ignoradas.

As medidas reguladoras e fiscalizadoras constituem um mal necessário, uma necessidade que se desejaria transitória. Entre nós, pode-se afirmar-se que as exigências são mínimas e que foi possível, ou aconteceu, eximirmo-nos ao clima de "caça às bruxas" que a sombra do desastre da talidomida fez nascer em muitos países. As medidas restrictivas convêm, na realidade que sejam estudadas e aplicadas com equilíbrio, ponderação e moderação de modo a não cair no extremo de atrasar ou impedir por exigências excessivas a descabidas a introdução de medicamentos úteis e necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS — A RESPONSABILIDADE DO MÉRITO

Sujeito a solicitações de diversa ordem — a realidade de progressos notáveis; a percursão periódica da publicidade das firmas; a atracção da novidade a que também o doente é sensível a ponto de poder considerar como uma distinção pessoal o ser tratado com o mais recente dos medicamentos — o clínico precisa de saber como orientar-se na "selva terapêutica"; como proceder, como defender-se e defender o verdadeiro interesse do seu doente.

Não podemos cair na tentação fácil de culpar integralmente a Indústria Farmacêutica pelo actual estado de coisas — reconheçamos que cada medicamento só "existe" realmente quando o prescrevemos. De facto, *o clínico é, em última análise, o responsável pelo emprego de um medicamento e não pode transferir para ninguém esse decisão e essa pesada responsabilidade*. Abdicar de uma responsabilidade é, não o esqueçamos, perder um direito.

O afluxo de novos medicamentos — que, mais do que oferecidos ao clínico, são lançados, são projectados sobre ele — é de tal ordem que o próprio farmacologista tem a maior dificuldade em manter-se a par das aquisições mais recentes. O clínico não pode assimilar senão uma pequena parcela desta massa de conhecimentos. O problema adquire, como já referimos, maiores dimensões pela existência de numerosos similares com diferentes "nomes de fantasia", pela existência de um sem número de sucedâneos cada um deles com o seu próprio cortejo de similares, pela disseminação de medicamentos compostos, por uma informação interessada, quase sempre habilidosa e entusiasta, poucas vezes verdadeiramente útil, factual e completa.

Mas se o clínico não pode abranger os conhecimentos indispensáveis relativos a todos os medicamentos, tem obrigação estrita de seleccionar e conhecer tão bem quanto possível os que prescreve ao seu doente. Tem de saber que o emprego dos novos medicamentos comporta sempre riscos especiais:

— riscos inerentes à sua própria farmacológica;

— riscos imprevisíveis para os métodos actuais de estudo preliminar;

— riscos imprevistos resultantes de um estudo pré-clínico apressado e insuficiente;

— riscos ligados à pouca honestidade do produtor (caso do tricosanol).

Ora isto não pode deixar de ser levado em linha de conta na apreciação do chamado "risco calculado" de uma terapêutica.

Perante este panorama, exige-se de nós, clínicos, acima de tudo, uma atitude mental adequada, espírito crítico, uma perspectiva justa na apreciação e manejo dos novos medicamentos, uma razoável formação e informação farmacológicas da base, mais do que extensos conhecimentos livrescos. Há que contrariar uma espécie de optimismo ou receptividade ingénua do clínico face aos novos remédios que Pepper tão bem caracterizou ao descrever o que chamou "a curva febril das modas terapêuticas". Impõe-se com urgência uma desmistificação do "dernier cri" terapêutico.

O carácter de novidade de um medicamento deve ser considerado como uma razão para *não* o prescrever! Recordemos que no caso da talidomida é impossível acreditar que todas as grávidas que tomaram a droga o fizeram por seu problema não se solúvel com qualquer dos medicamentos hipnóticos já bem conhecidos e experimentados. Muitas delas, seguramente tomavam tal droga sem nenhuma outra razão que não fosse o ser esse o mais recente dos hipnóticos. Isto deveria poder voltar a acontecer. Esta lição terrível não deveria ser esquecida.

Por outro lado, é evidente que o clínico não deverá ser tão conservador, nem levar a sua prudência a tal extremo que deixe de proporcionar aos seus doentes os benefícios de qualquer aquisição terapêutica que embora recente seja de valor significativo. Será o caso de um medicamento que venha preencher uma lacuna terapêutica importante ou se afigure desde logo como uma aquisição "life-saving". Nos restantes casos, os novos medicamentos só deveriam ser utilizados quando os produtos já conhecidos tivessem falhado ou no âmbito de um ensaio experimental, até que o seu lugar em relação às drogas existentes estivesse bem estabelecido.

Como já dissemos, todo o medicamento, uma vez introduzido no mercado, deverá ser considerado em fase experimental durante dois ou três anos.

Num recente "symposium" reunido sob a presidência de Walter Modell concluí-se que, no que respeita o âmbito da investigação preliminar laboratorial, o mero alargamento dos estudos de base praticados como rotina não é provável que aumente o grau de previsibilidade dos riscos inerentes a determinada droga; reconheceu-se, todavia, que existe uma necessidade vital de ensaios clínicos não necessariamente numerosos, mas cuidadosamente realizados, no decurso do estudo inicial do medicamento.

Calcula-se que, em ensaios clínicos adequadamente conduzidos, uma casuística de 1000 a 5000 indivíduos seja suficiente para despistar todos os riscos possíveis com excepção dos muito raros. Para obter a mesma informação num estudo retrospectivo — de longe menos eficaz que o estudo prospectivo — seria necessário reunir dados de 150 000 casos.

É evidente que se a Sociedade deseja o progresso terapêutico deverá, em contrapartida, estar preparada para aceitar alguns riscos, tal como aceita o risco cirúrgico, o tributo das estradas, os perigos do cigarro. O importante é que se tomem as medidas necessárias para reduzir esses riscos ao mínimo e para isso, nas circunstâncias actuais, o papel dos clínicos é fundamental.

Assim, durante a fase experimental de dois ou três anos, o médico deverá observar com particular cuidado os doentes em quem aplica a droga e deverá ter a possibilidade de comunicar os inventuais efeitos inesperados que observasse a uma comissão central de peritos, a nível nacional, que se encarregaria de registar, ponderar e, se necessário divulgar as informações recebidas. Sua função seria, naturalmente, uma intervenção importante, através da criação de centros próprios onde se mantenham registos relativos ao uso nos seus doentes de medicamentos de introdução recente, em particular no que se refere a efeitos indesejáveis, e através da instalação de unidades de farmacologia clínica.

Estes centros constituirian como que um sistema de vigilância e alarme em que a cooperação de todos os médicos seria essencial se é que se pretende conseguir o maior grau possível de segurança no manejo dos medicamentos novos. Com um tal sistema o desastre da talidomida não teria, provavelmente, sido evitado, mas as suas proporções teriam sido incomparavelmente menores.

Recordemos que foram necessários 75 anos para suspeitar da fenacetina com causa de doença renal, 30 para responsabilizar a aminopirina pela agranulocitose e 10 para admitir que as tetraciclinas podiam prejudicar o desenvolvimento ósseo. Isto mostra bem que os clínicos não descobrem rapidamente aquilo que não procuram — em medicina é preciso "crer para ver".

EDITORIAIS

UM PACTO COM O POVO

(Continuação da pág. 1)

do se entendida como liberdade para o povo e não para os exploradores do povo (novos ou antigos). Que a participação política só tem sentido pleno no seio de uma sociedade nova e não no seio de uma sociedade dominada ainda pelos espectros do passado. Que a libertação nacional implica não apenas a libertação da economia da dependência estrangeira, a recuperação das nossas riquezas naturais e a edificação de uma economia nacional, livre, fundada em bases sólidas; mas também o erguer de instituições novas que permitam ao povo a total participação no processo político e a condução desse mesmo processo.

É dentro destas perspectivas que o processo eleitoral (o primeiro livre desde há meio século, é bom lembrá-lo aos deturpadores da realidade) se deverá desenvolver. Ou a nova constituição é a carta de libertação (política, económica e social) do povo português, ou a liberdade em nome da qual agem os movimentos políticos terá sido uma burla.

Agora, como no 25 de Abril, sem quaisquer peias partidárias, as Forças Armadas mantêm intacto o seu pacto com o povo português. Com ele apenas.

O M. F. A. E AS LUTAS PARTIDÁRIAS

A actividade política dos diversos órgãos do M. F. A. está a ser acompanhada pela opinião pública com crescente intensidade e quase diariamente surgem, nos jornais e outros meios de informação, novas apreciações, análises e vaticínios sobre as tomadas de posição daqueles órgãos militares.

Toda a contribuição para o esclarecimento de assuntos que indiscutivelmente dizem respeito ao Povo Português na sua totalidade é não só necessária e útil como além disso benvinda — desde que, como é evidente, seja ditada por recta intenção. Para o que parece não haver motivação muito clara é para o clima de dúvida e até de suspeição gerado por determinados círculos informativos e políticos quanto à recta intenção que orienta a procura de soluções no seio das Forças Armadas.

Tanto mais que as opções debatidas nos órgãos militares pretendem sintetizar — dentro de uma perspectiva própria eminentemente unitária, progressista e patriótica — as linhas de tendência prevalecentes no País; e nem doutro modo se compreenderia, ao nível ideológico, a desejada superação do binário Povo — Forças Armadas. Acresce que os pontos de vista dos militares de todos os escalões são aberta e frequentemente expostos e que, além disso, os comentadores e responsáveis políticos — mormente dos partidos participantes do governo — não têm tido dificuldades de acesso mesmo às mais reservadas fontes de informação.

Nestas circunstâncias, atribuir "intenções ocultas" ao M. F. A. a propósito de cada tomada de posição (ou na ausência delas) corresponde, pelo menos, a tentar envolvê-lo no clima de desconfiança, rancor e agressão para que estão resvalando as lutas interpartidárias; as quais a não serem contidas, antes da campanha eleitoral, dentro de regras expressas de convivência democrática, poderão levar a uma rápida destabilização da vida pública nacional.

O M. F. A. não se deixará envolver nas hostilidades partidárias. Recorda, neste passo, o último apelo do Presidente da República no sentido de se procurar "esquecer os atritos possíveis na luta política" E com a serenidade da sua recta intenção o M. F. A. ignorará as insistentes dúvidas que continuam a ser levantadas, mesmo depois das reiteradas afirmações dos mais altos responsáveis militares; dúvidas essas que vão desde a efectiva realização das eleições passando pela fantasiosa instauração de uma ditadura, até à eminência da guerra civil. Contudo, é altura de fazer notar, que nas suas tomadas sucessivas de posição (no desenrolar do processo) o M. F. A. é naturalmente, contra-influenciado pelos desentendimentos alimentados em função de tácticas de pressão e pela incapacidade, até hoje revelada pelos partidos políticos, em os ultrapassar em nome de um projecto nacional.

A EXPERIÊNCIA DOS CRISTÃOS PROGRESSISTAS APONTA CAMINHOS À IGREJA EM PORTUGAL

O TEXTO QUE HOJE PUBLICAMOS É DE AUTORIA DO PADRE JARDIM GONÇALVES UM DOS DEZ PERITOS MUNDIAIS ESCOLHIDOS POR PAULO VI PARA O ÚLTIMO SÍNODO DOS BISPOS

Factores de ordem histórica que remontam aos alvores da nacionalidade, fizeram com que a Igreja Católica tivesse e continue a ter um lugar de reconhecida preponderância na evolução dos destinos do povo português.

Desde os tempos da Reconquista até à idade contemporânea, o catolicismo acompanhou, passo a passo, a história do país, ora em termos de comprovada aliança com as gestas que o povo foi escrevendo, ora em termos de natural ou forçada intervenção no desenrolar de acontecimentos decisivos, ou, também, em termos de declarada oposição e transformações e mudanças de natureza política, que, em certos momentos, se afiguraram à Igreja contrárias aos seus interesses ou à sua missão.

O SALDO DE UMA PRESENÇA

Com a chegada do 25 de Abril o saldo da presença e acção da Igreja Católica, no decurso dos 48 anos da ditadura fascista, cifrava-se num apoio quase geral e quase incondicional da sua hierarquia ao regime deposto, numa desconfiança e medo generalizados, por parte de grandes massas católicas perante as consequências que as alterações políticas poderiam provocar no domínio religioso, numa persistente actuação de grupos minoritários integristas, apostados em servir-se da Igreja para defesa dos seus volumosos interesses económicos, e no conhecido e intrépido testemunho de padres e leigos anti-fascistas, que, sensíveis aos apelos do Vaticano II se bateram até final pela restauração da liberdade em Portugal.

Tal situação, marcada de indicativos e contradições que se viviam já, em termos de conflito, no interior da própria Igreja, não podia deixar de reflet-ir-se, no após-25 de Abril, em tomadas de posição diferentes, que fazem jus à lógica da história e às determinantes das leis sociológicas.

Assim, no decurso dos últimos dez meses, não obstante as garantias publicamente dadas pelo M. F. A., a prudência e isenção dos partidos de esquerda e as claras atitudes de respeito pela Igreja por parte do Governo Provisório, tem-se assistido a manifestações de cariz antidemocrático de que são sobretudo responsáveis elementos do clero que, usando duma liberdade que sempre lhes foi facultada, se servem dos púlpitos, de boletins paroquiais e de outros periódicos, para incutir no povo o receio e a desconfiança e para reavivar, no espírito dos crentes, sentimentos alienantes que vão desde um anticomunismo irrefletido e inconsistente, até à recusa de tudo quanto sejam projectos de renovação, que sirvam os interesses do povo ou lhe reconheçam os seus direitos inadiáveis. Afeitos a uma "ordem" que, sob a capa de inalterável legitimidade, lhes assegurava uma intervenção nem sempre positiva na vida das populações, muitos membros do clero viram-se repentinamente, confrontados com um clima de liberdade que assegura ao povo uma caminhada de emancipação que só poderá desagradar aos que gostariam de mantê-lo sob controle.

Por outro lado, a própria hierarquia da Igreja, pouco habituada, no passado, a tomar posições face a problemas de caracter social e político, tem revelado não lhe ser fácil pronunciar-se, segundo o específico da sua missão, numa sociedade pluralista, em que as opções temporais dos católicos nem são uniformes e muito menos concordantes.

A SALVAÇÃO CRISTÃ SUPÕE A DIGNIFICAÇÃO DO HOMEM

Manda, porém, a verdade que se reconheçam a abertura, o realismo e o desassombro com que largas camadas da população católica têm acompanhado e apoiado o processo de democratização do país, e nele se têm singularmente comprometido. Conscientes de que a era da Cristandade passou e de que a salvação cristã supõe a dignificação do homem e a sua consequente libertação, padres e leigos têm lutado, ombro a ombro, com todos os portugueses sinceros, para levar a bom termo a tarefa de reconstrução do país, iniciada com o 25 de Abril.

A experiência feita pelas forças progressistas católicas, já nos tempos do fascismo, mas sobretudo nesta viragem histórica, permite aferir do papel que caberá à Igreja, em Portugal, na hora decisiva que todos vivemos. Os católicos que até agora se têm empenhado na luta em favor do povo, sabem, por experiência, que a sua acção, longe de amortecer ou debilitar os ditames da sua fé, dinamiza-os na sua crença e robustece-os fortemente na esperança de que a fraternidade, anunciada por Jesus Cristo, não é palavra vã, mas realidade que vai tomando forma, ao ritmo dos avanços e recuos que tecem a marcha da humanidade para a sua libertação total.

A IGREJA TEM UM VASTO CAMPO PARA ACTUAR

Neste sentido, a via democrática, aberta pelas Forças Armadas, neste país, é lugar privilegiado em que a Igreja poderá actuar, redimindo-se de cumplicidades absurdas e testemunhando, na prática, a eficiente fecundidade dos valores que prega e que aponta aos homens como libertadores.

Apartidária, enquanto instituição, a Igreja não pode ignorar que é no seio dos partidos políticos e dos movimentos sindicais e para-políticos que o povo se exercita na vida cívica, participando na elaboração dos seus projectos e dando efectivo concurso às suas realizações.

Temer que os católicos sejam atingidos na pureza da sua identidade, pelo facto de partilharem das hesitações e das lutas próprias de sistemas democráticos, é negar a coragem e o dinamismo inerentes ao próprio cristianismo. O medo da política e dos seus parâmetros, tão natural numa sociedade despolitizada como é a portuguesa, poderia ser, em larga medida, vendido, se o povo se fosse gradualmente habituando a ver, na liça da vida partidária, nas actividades sindicais e no desenvolvimento de múltiplas realizações culturais, homens e mulheres, adultos e jovens, que traduzem o vigor da sua fé cristã na luta árdua mas imperiosa que hoje se trava em todos os sectores da vida portuguesa.

Apartidária, enquanto instituição, a Igreja tem, no âmbito da sua missão, um vasto campo para actuar, sobretudo nos meios rurais, em que são enormes as carências de todo o género e onde um mínimo de imaginação descobrirá formas concretas de unir esforços para superar limitações e responder a necessidades, as mais elementares, com que se debatem as populações, desde o analfabetismo à falta de habitação, desde o desemprego até à ausência de infra-estruturas, passando pela ignorância generalizada de quanto se refere à vida social, cultural e política.

TOMAR A INICIATIVA DE RENUNCIAR AO QUE A IMPEDE DE MELHOR SERVIR A LIBERTAÇÃO DO POVO

Apartidária, enquanto instituição, a Igreja possui um património invulgar em pessoas e bens, que esperamos saberá pôr ao serviço do povo, desenvolvendo as suas potencialidades, através duma pedagogia que seja realmente libertadora. Secundando iniciativas que vão tomando forma aqui e acolá, a Igreja poderá incentivar a acção de equipas de leigos, de padres e de religiosas que, decididos a não mais servir em colégios ou outras instituições ricas ou de ricos, se dispõem a inserir-se nos meios rurais e nas zonas limítrofes das cidades, para aí partilhar a vida dos mais pobres e marginalizados.

Apartidária, enquanto instituição, a Igreja poderá ser, por isso mesmo, o espaço livre e aberto em que, de forma isenta, é escutado o grito dos mais fracos e explorados, a quem o Evangelho reserva um lugar de privilégio, e que nem sempre são atendidos, nos seus anseios e aspirações por quantos assumiram na sociedade o governo e a direcção das instituições.

Com a evolução do processo revolucionário, instaurado em Portugal, a Igreja não ignora que muitas das suas regalias e privilégios, habilmente apoiados pelo regime anterior, terão de passar pelo crivo da apreciação do povo a quem cabe, hoje, uma palavra determinante em tudo quanto respeita ao seu projecto de desenvolvimento. Mas porque constituída pela maioria do povo português e sendo a Igreja, por definição, Povo caminhando em solidariedade com todos os homens, será ela própria, certamente, a tomar a iniciativa de renunciar àquilo que a impede de melhor servir a libertação do povo e a desenvolver toda uma série de esforços que dinamizem e apressem essa mesma libertação.